

SESSÕES DO PLENÁRIO

106ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 1º de novembro de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (3º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (53)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Acautele-se, Excelência. Após a leitura do expediente, passarei a palavra para o eminente deputado Targino Machado Pedreira.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Paulo Câmera comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões

dos dias 10, 11, 13 e 14/10/2016.

Do Deputado Luiz Augusto comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 15/08, 05 e 12/09/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, deputado Carlos Geilson, sustento a minha questão de ordem. E para fazer a sustentação, eu quero, novamente, dar ciência a esta Casa, através de uma questão de ordem dirigida a V.Ex^a, e espero que V.Ex^a, como membro da Mesa, a leve para a próxima reunião da Mesa Diretora, se é que essa comissão também se reúne.

A minha indignação: nós temos um regimento nesta Casa que está sendo desobedecido, que está sendo rasgado a todo momento pela irresponsabilidade do conjunto da ópera. Não é possível que tenhamos um capítulo inteiro neste Regimento dedicado às Comissões Permanentes, que são várias. Mas, dentre as Comissões Permanentes, temos uma que podemos dizer que é aquela que é a mãe de todas as comissões, que é a Comissão de Constituição e Justiça, que tem por determinação, por prescrição regimental a seguinte função:

“§ 1º- À Comissão de Constituição e Justiça cabe opinar, salvo a competência privativa da Mesa, em todas as proposições, sobre o aspecto de constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, bem como elaborar a redação final, na forma do Regimento Interno, devendo apreciar ainda o mérito relativo às seguintes matérias:

I- organização judiciária e do Ministério Público;

II- registros públicos;

III- desapropriação de bens do domínio estadual;

IV- licença ao governador e vice-governador para que se ausentem do País.”

Fiz essa leitura e chamo atenção desta Casa para dar ciência, novamente, a esta Casa que a última vez que essa Comissão de Constituição e Justiça se reuniu foi no dia 10 de maio de 2016. Dez de maio deste ano, no semestre anterior. De lá pra cá, não houve sequer uma reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. Por isso é que fica aqui o Líder do Governo querendo transformar esta Casa, junto com o governador, em apêndice, em secretária do Poder Executivo, em vez de se discutir nesta Casa, nas Comissões Temáticas, que existem e que têm custo para o contribuinte. Em vez de se discutir as matérias lá à exaustão, se dá um by pass nas comissões, se dá um by pass no Regimento Interno, nas leis e se traz tudo para ser

votado aqui a toque de caixa, como chegaram recentemente três projetos e que já querem apresentar aqui requerimento de urgência para sua votação.

Isso é uma avacalhação com o Poder Legislativo, Sr. Presidente. Não pode prosperar essa prática infame, onde, aqui, a Casa das Leis vive sob o império da ausência das leis, do descumprimento das leis.

Então, é por isso, em respeito ao Regimento da Casa, que quero pedir a V.Ex^a, através desta questão de ordem, uma verificação de quorum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Ok. V.Ex^a terá o seu pedido atendido. Na próxima reunião da Mesa, na terça-feira, às 10h15min, levarei esse tema para o debate entre os seus membros. Tomo como surpresa, porque quando fui vice-presidente daquela Comissão havia reuniões regulares. Todas as terças, a Comissão funcionava. E V.Ex^a traz um dado de que a última vez que a Comissão se reuniu foi no dia 10 de maio passado. Então esse tema será debatido na próxima reunião da Mesa. V.Ex^a será atendido no seu pleito.

Para contraditar, deputado Aderbal Caldas.

O Sr. Aderbal Caldas:- Sr. Presidente, solicito de V.Ex^a que na questão de ordem requerida seja feita a chamada nominal dos senhores deputados e deputadas. E que V.Ex^a dê o prazo de 15 minutos, para que os senhores deputados que estão na sala de cafezinho, nos seus gabinetes ou em quaisquer outros lugares do prédio que abriga esse parlamento tenham o necessário tempo de comparecer a essa sessão. Então, peço a V.Ex^a que proceda à chamada nominal dos senhores deputados e deputadas.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Peço para abrir o tempo de 15 minutos. Há um pedido de verificação de quorum do deputado Targino Machado, em que o deputado Aderbal Caldas pede que se abra o tempo de 15 minutos, para que o quorum seja restabelecido.

Portanto, vamos agora aos 15 minutos regimentais.

Aberto o tempo de 15 minutos. Com a palavra o deputado Targino Machado, que formulou a questão de ordem.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, aproveitando a presença do nobre...

(O deputado Zé Neto fala fora dos microfones.)

O Sr. Targino Machado:- Despacho de ouvido. O deputado Líder do Governo está aqui agora proferindo despacho de ouvido, me avisando que os requerimentos de urgência não serão colocados hoje. Mas hoje ou segunda-feira ou quinta-feira ou terça-feira a vergonha é a mesma, porque não é possível. V.Ex^a, meu amigo que prezo, um operário da política, um trabalhador, um legalista, não há de concordar que esta Casa esteja com a sua Comissão de Constituição e Justiça desde o dia 10 de maio sem funcionar. Dez de maio foi a última reunião ordinária...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputado Targino, V.Ex^a registre a presença, por favor. Senão, é um fantasma. E V.Ex^a gosta de exorcizar os fantasmas.

O Sr. Targino Machado:- (...) então, Excelência, gostaria de encarecer ao presidente desta Comissão, deputado Joseildo Ramos, que é também um operário da política, um parlamentar preparado, que, junto com o Líder do Governo, deputado Zé Neto, fizesse um diagnóstico confiável do que está acontecendo. Porque recebo, às vezes, críticas de alguns colegas deputados quando chego naquela tribuna ou aqui desta bancada e faço críticas à Assembleia Legislativa da Bahia. Não é possível que esta Casa Legislativa, absolutamente fundamental à democracia – não só a sua existência, mas seu pleno funcionamento –, que a Comissão de Constituição e Justiça esteja há 5 meses sem funcionar. E o governo mande projetos para cá, para serem votados a toque de caixa sem a apreciação desta Casa através das suas comissões.

Isso é uma vergonha! Uma verdadeira lambança promovida pelo governo do Estado, porque tudo me faz crer que essa Comissão de Constituição e Justiça é pau mandado. Não reúne porque não interessa ao governo reunir. Não interessa ao governo que as comissões estejam em funcionamento, apreciando todas as matérias encaminhadas para cá, pelo governo, porque esta Casa é uma secretaria de governo. Só se vota, aqui, o que é do interesse do governo. As coisas maiores de interesse da população não são, sequer, avaliadas ou discutidas.

Então, clamo, Sr. Presidente Carlos Geilson, que o nosso deputado representante da nossa altaneira cidade princesa do sertão, Feira de Santana, deputado Zé Neto, possa adotar providências, quicá até puxando as orelhas, se necessário for, para fazer reunir essa Comissão de Constituição e Justiça.

Quero, Sr. Presidente, que V.Ex^a...

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado:- O deputado Luciano Ribeiro pediu uma questão de ordem tão logo eu pedi.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Depois de V.Ex^a, falarão o deputado Marcelino Galo e o deputado Luciano Ribeiro. Daqui, tenho uma visão melhor do que os senhores que estão aí embaixo.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Eu pedi questão de ordem também, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado:- Então, Sr. Presidente, espero e rogo que na terça-feira aconteça a reunião da Mesa Diretora. Qual foi o último dia em que houve reunião da Mesa Diretora, Sr. Presidente? V.Ex^a pode me informar?

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Hoje mesmo teve reunião, Excelência.

O Sr. Targino Machado:- Teve reunião? Então parabéns, porque é só o que está funcionando nesta Casa. Algum interesse há para a Mesa Diretora se reunir e as outras comissões não se reunirem. Embaixo desse angu tem carne.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Hoje mesmo a Mesa aprovou o pedido do deputado José de Arimatéia, criando uma Frente Parlamentar.

Com a palavra, o deputado Marcelino Galo.

(O deputado Marcelino Galo fala fora dos microfones.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- V.Ex^a não pediu? Ah, era só para chamar os deputados que estão presentes aqui.

Questão de ordem do deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, o tema levantado pelo deputado Targino Machado é um tema de extrema importância para esta Casa. As votações em regime de urgência desta Casa, que são prejudiciais ao andamento do Parlamento, têm sido ao longo do tempo uma preocupação do nosso mandato.

Venho requerendo e solicitando à Mesa Diretora que apresentasse uma solução para tantas apreciações em regime de urgência, ferindo flagrantemente o Regimento Interno.

O art. 180 no seu parágrafo único do Regimento Interno diz: “Não serão apreciados em regime de urgência mais que 1/3 dos projetos de lei de autoria governamental encaminhados à Assembleia na mesma sessão legislativa.”

O que constatamos que o governo faz com a benevolência e aquiescência desta Mesa Diretora? O governo encaminha os projetos de lei a esta Casa com número suficiente de aprovar aquele 1/3 com aqueles projetos de lei. Aprovada aquela urgência, o governo retira os excedentes. E, depois, quando precisa aprovar outras urgências novamente, volta com os mesmos projetos, fazendo com que esta Casa fique sem poder funcionar as Comissões Temáticas.

Eu, que sou vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, hoje mesmo, fiz lá na Comissão de Constituição, um pronunciamento nesse sentido: o de que as comissões não podem deixar de funcionar. Uma das maiores causas do não funcionamento é a aprovação do regime de urgência.

O presidente da Casa me pediu que fizesse, por escrito, a solicitação do cumprimento do art. 180, parágrafo único do Regimento. Eu fiz. Ele se comprometeu a responder em 15 dias. Já se passaram mais de 3 meses, e não obtive respostas.

Ora, fiz um levantamento de quantos projetos foram encaminhados pelo Executivo, do dia 01/01/2006 a 08/09/2016. Foram 40 projetos, sendo que 8 foram aprovados em regime de urgência e 7 em regime ordinário, ou seja, ultrapassado, e muito, o 1/3 que o Regimento determina. Não terei outra alternativa a não ser judicializar essa questão. Lamento que isso ocorra. O protagonismo político que o Judiciário exerce no País, hoje, deve-se, em todas as vezes, à inoperância e omissão do Poder Legislativo. É o que está a ocorrer aqui. As questões internas – pasmem todos! – do nosso funcionamento, do nosso Regimento, temos de levar ao Judiciário para que assuma o protagonismo. Essas questões são nossas.

A divisão dos poderes já acabou. O Poder Legislativo está entregue ao Executivo. E os dois poderes estão entregues ao Judiciário. Não podemos nos queixar desse protagonismo do Poder Judiciário. Porque, se temos aprovada, aqui, uma emenda constitucional que diz que as emendas impositivas precisam ser pagas, é preciso que o Judiciário se pronuncie. Se temos um regimento interno com a clareza que ele tem, e a Mesa Diretora não o faz ser cumprido, precisamos recorrer ao Judiciário para fazer valer um dos seus artigos. Nada altera a questão política nesta

Casa, porque o Governo tem a maioria esmagadora. A vontade política dele vai prevalecer aqui. Mas o Governo não quer só assim. O Governo quer fazer com que fiquemos de joelhos, que não tenhamos sequer a capacidade de apreciar os projetos.

Espero mais uma semana para a Mesa Diretora responder ao meu requerimento. Se assim não o fizer, lamentavelmente, terei que acionar o Judiciário para fazer valer o Regimento Interno desta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O deputado Pastor Sargento Isidório concede a vez ao deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente, rapidinho, só 30 segundos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Quero pedir ao deputado Targino... Deputado, iniciaram-se os trabalhos, e nós tínhamos uma combinação de, pelo menos, só pedir quórum depois do Pequeno Expediente, que é muito mais da Oposição. A Oposição tem feito isso permanentemente. Atendemos até mais a Oposição, o que é uma coisa importante. Hoje há uma votação, por acordo, de dois projetos importantes: da Polícia e do Corpo de Bombeiros. Peço ao deputado Targino, que é uma figura por quem eu tenho muito apreço e respeito, que deixemos esse pedido de verificação de quórum para depois, a fim de votarmos, por acordo, os projetos de lei, que já estão redondinhos, arrumadinhos. Quero pedir a meu amigo, meu querido doutor das causas de saúde do nosso povo...

O Sr. Targino Marchado:- Espirituais também.

O Sr. Zé Neto:- Espirituais também? (Risos)

(...) que o deputado Targino reveja o pedido de verificação de quórum para que façamos esse acordo hoje.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputado Pastor Sargento Isidório, o deputado Zé Neto formula uma questão para o deputado Targino. V.Ex^a...

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Isso foi dentro do meu tempo.

Sr. Presidente, os projetos aos quais o deputado Zé Neto se refere estão aqui, em nossas mãos. São projetos muito importantes para a Polícia Militar da Bahia, para o Corpo de Bombeiros Militar da Bahia. Esses projetos foram alvo de discussões nesta Casa. Inclusive, não permitimos as aprovações, na semana passada, para que fossem melhor discutidos. O Governo do Estado entendeu e fez isso através do deputado Zé Neto. O próprio deputado Sandro Régis, Líder da Oposição, foi muito importante nesse processo. Estive com o presidente desta Casa por duas ou três vezes, pedindo para que se movimentasse no sentido de, pelo menos, oxigenar o debate, fazendo a dispensa das formalidades para isso.

E aconteceu: o deputado Sandro Régis, o deputado Zé Neto, Líder do Governo do Estado, fizeram esse acordo, o presidente da Assembleia também participou, e

tivemos outros deputados. Tanto os deputados de Oposição quanto os deputados de Governo fazem um consenso de justiça.

Então, queria pedir a V.Ex^a que abrandasse o coração do mui digno deputado Targino Machado. Eu nunca fiz um pedido ao deputado Targino. Aproveito este momento para, em nome das duas corporações, da Polícia Militar e do Bombeiro Militar, dos integrantes dessas corporações, pedir para que ele libere, que ele recue dessa verificação de quórum para que, assim como disse o Líder do Governo, possamos levar esse projeto à votação. Está aqui também o deputado Prisco, que tem participado do abrandamento da coisa, da pacificação.

É um projeto importante para as duas corporações. Claro que não dá todos os benefícios necessários, não é tudo que se precisa ou se quer. Até porque, o que a polícia quer é salário, e não se trata disso.

Então, deputado Targino Machado, V.Ex^a, que é um deputado muito importante nesta Casa, que cuida do Regimento Interno, eu queria, dentro da sensibilidade e humildade de V.Ex^a, pedir-lhe, em nome da Polícia Militar e do Bombeiro Militar... É um projeto que já está pacificado, queria pedir a V.Ex^a que libere essa verificação de quórum para que possamos, deputados de Oposição e de Governo, fazer logo essa justiça às duas corporações, que estão aqui com os seus integrantes desde o mês passado.

Se V.Ex^a usar da vossa sensibilidade, que já é costumeira, não vai ferir a Casa, a sociedade vai agradecer a V.Ex^a. Gostaria de continuar apelando ao bom senso, para que nós, deputados de Governo e Oposição, possamos aprovar esses dois projetos muito importantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiro.

Sei que contarei com a aquiescência de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Encerrada a sessão, pois não há número suficiente para continuidade da mesma. Chegamos a 19 Srs. Deputados presentes. A sessão está encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.